

A Universidade de São Paulo durante o regime autoritário

Comissão da Verdade USP

FICHA INDIVIDUAL

Pesquisador: Roberta Astolfi

**Apresentar em todas as entradas referência a documento e/ou fontes bibliográficas, inclusive testemunhos, se houver.*

I. Dados Pessoais

Nome:	Jair Borin
Nasc./Morte:	1942 - 2003
Curso:	Jornalismo
Unidade:	ECA
Vínculo:	Professor
Data matrícula/contrato:	Assinado em 29/04/1971 e publicado no DO em 30/04/1971
N processo USP	73.1.991.1.0 (Contagem de tempo de serviço) EXTRAVIADO O PROCESSO DE CONTRATO DOCENTE
BNM	SIM. Da época em que ele atuava no Recife, o processo de 1965 que motivou a prisão em 1974.

II. Perseguição

O perseguido, de acordo com a documentação ou depoimento, atuou como:

Simpatizante de ideias consideradas de esquerda ou em desacordo com a ordem vigente ()

Filiado a uma organização de esquerda () Qual?

Processado como membro de organização de esquerda (X) Qual? Partido Operário Revolucionário Trotskista (EM RECIFE, ANTES DE SER DA ECA)

Origem da informação:

Depoimento () Documento (x) Denúncia BMN ()

A Universidade de São Paulo durante o regime autoritário

Comissão da Verdade USP

Há indícios de que a perseguição na Universidade tem origem em interesses pessoais/profissionais?

Não encontrado.

Eventos ocorridos e formas de perseguição

Tipo		Data	Fontes documentais
Morto			
Desaparecido			
Abandono de curso/função			
Aposentado			
Contratação barrada			
Problemas com renovação de contrato	x	1974	Processo “Contagem de tempo de serviço” e memorial professor titular-
Demitido			
Torturado	x	1974	Memorial professor titular
Preso	x	1974-1975	Memorial professor titular
Jubilado			
Outro (<i>especificar</i>)			

Instrumentos legais utilizados:

	Data	Fonte
Investigação pela "Comissão Especial", 1964 (“lista negra” de Gama e Silva)		
Atingido pelo Decreto-Lei 477/1968		

A Universidade de São Paulo durante o regime autoritário

Comissão da Verdade USP

Investigado por Inquérito Policial Militar (IPM)	Sim	BMN
Cassado/Aposentado com base Ato Institucional ou Ato Contrário à moral ou à ordem pública		
Outro (<i>especificar</i>)	Foi denunciado por sua atividade de militância. Preso em 1974 foi demitido da universidade.	BORIN, 1999 (memorial professor titular)

III. Os documentos e as fontes analisadas revelam relação com outros membros da Universidade? Listar abaixo.

IV. O perseguido recebeu algum tipo de apoio de algum membro da Universidade?

Apoio institucional: Não encontrado.

Apoio pessoal: O professor Valter Sampaio, então coordenador do curso de jornalismo, prestou informações em defesa de Borin durante o processo. Já o professor Wilson da Costa Bueno e sua esposa, prestavam solidariedade à esposa de Borin enquanto ele estava preso (BORIN, 1999).

VI.a. Há informação sobre perpetradores? Ex.: Houve comissão processante? Quem eram os integrantes. Borin alega que foi denunciado pelo diretor da ECA, Manuel Nunes Dias. A iniciativa para demiti-lo teria sido do mesmo diretor, juntamente com os "respectivos conselhos" (BORIN, 1999).

V. Narrativa (até duas páginas, citando documentos e fontes):

Segundo seu memorial no concurso de professor titular, Borin realizava atividade militante de esquerda desde os anos sessenta, quando era sargento concursado da Força Aérea Brasileira no Recife de Miguel Arraes. Com o golpe, foi preso tendo, depois de solto, seguido para o sudeste do país. Foi da primeira turma de jornalismo da ECA, ingressando em 1967, já tendo feito alguns trabalhos como jornalista. Formou-se em 1970. Iniciou a pós-graduação em 1971 em ciências sociais, mas com a abertura da pós-graduação na ECA em 1972, transferiu-se para a escola novamente. Borin dava aulas na ECA (desde 1971), trabalhava no jornal O Estado de São Paulo e militava "na oposição sindical, contra os pelegos que ocupavam o Sindicato dos Jornalistas Profissionais" e apoiava os "antigos companheiros do movimento estudantil" (BORIN, 1999, p. 21), sem, no entanto, aderir à luta armada como forma de resistência. O professor diz ter descoberto que o motivo de sua prisão foi uma denúncia do então diretor da

A Universidade de São Paulo durante o regime autoritário

Comissão da Verdade USP

ECA, Manuel Nunes Dias, fato que teria descoberto ao consultar seu prontuário para se preparar para o concurso de livre docente. Foi preso em 05 de março de 1974, por dois agentes armados da polícia federal quando chegava para dar aula na ECA depois de retornar de férias. O diretor sabia desde 22 de janeiro que a polícia federal procurava Borin - consta em ofício manuscrito do DOPS a solicitação para captura do mesmo. Em outro documento consultado pelo professor, o diretor articula com o reitor Orlando Marques de Paiva a forma de conduzir o caso. Foi levado ao DOI-CODI, na delegacia da rua Tutóia. Passou por uma sessão de violência física e intimidação e foi ouvido pela equipe B de torturadores, e permaneceu lá por dois meses. Em maio foi levado de avião, com algumas escalas, até o Recife, sendo que por 40 dias ficou incomunicável, sem que seu paradeiro fosse conhecido da mulher e do advogado, José Carlos Dias. Ao voltar a São Paulo, seu processo já havia sido concluído e Borin foi levado ao presídio do Hipódromo onde, relata, "o tratamento era mais humano" e, em seguida, para o Barro Branco, próximo à serra da Cantareira. Foi libertado em dezembro de 1975. Na ocasião de sua prisão, foi demitido sumariamente da Eca. O professor Valter Sampaio, então coordenador do curso de jornalismo, prestou informações em defesa de Borin durante o processo. Já o professor Wilson da Costa Bueno e sua esposa, prestavam solidariedade à esposa de Borin enquanto ele estava preso. Durante alguns anos Borin trabalhou como jornalista e na administração pública antes de voltar a lecionar na ECA. Borin havia começado a dar aulas em 1971 logo depois de se formar, tendo interrompido a atividade com a prisão. Borin defendeu sua tese de mestrado em 1978. Em 1980 voltou a dar aulas e em 1987 defendeu a tese de doutorado. Foi duas vezes chefe do departamento de jornalismo. (BORIN, 1999). Borin faleceu em 2003 (Jornal O Estado de São Paulo, 2003).

O primeiro documento do processo consultado "Contagem de tempo de serviço", traz um pedido do diretor da ECA Manuel Nunes Dias para deferimento de férias a Borin, datado de 29 de dezembro de 1972. O documento seguinte pula para 1980, é um documento cotidiano sem mais valor. O que nos interessa são os trâmites do pedido de, com base na lei de anistia, que se conte como tempo de serviço o período em que o docente não exerceu sua função. O primeiro é um ofício de Borin ao reitor Helio Guerra, datado de 02 de dezembro de 1985. Nele, o professor conta que seu contrato foi rescindido unilateralmente em 11/04/1974, por razões políticas. Que ao ser readmitido em 03/10/1979, teria ficado evidente que a medida tomada pelo conselho do departamento visava a reparar a arbitrariedade de que fora vítima através de "cassação branca". Não há, porém, nesse processo nenhum documento contemporâneo à rescisão do contrato de Borin (1974). O pedido recebe apoio do Conselho do Departamento de Jornalismo e Editoração em ofício de 04 de dezembro de 1985. Em seguida o pedido é aprovado na Congregação da ECA, em 18 de dezembro de 1986, segundo ofício do diretor Walter Zainini ao reitor. Seguem-se alguns pareceres jurídicos dando conta de que o pedido deveria ser aceito para contagem de tempo de serviço, mas que não deveria engendrar nenhum direito a vencimentos retroativos, assinado por Guilherme da Costa Pinto Filho. No parecer há referência ao ofício 900/74 de 21/06/1974 em que o diretor comunica ao reitor que o contrato de Jair Borin não seria objeto de renovação, documento ao qual não tivemos acesso direto.

Borin foi investigado e processado (junto com outras 33 pessoas) como se pode ver da denúncia oferecida à Sétima Região Militar (BNM_114, p. 12 e 16) em 10 de julho de 1965 quando ainda não era da ECA e morava no Recife tendo sido expulso da força aérea. Diz a denúncia:

...está incurso nas sanções dos Art. 130, 133, 134 do CPM e Art. 2º inciso III da Lei 1.802/53. Diz a denúncia "Integrante de célula universitária, desenvolvia intensa atividade disseminando as ideias políticas que adotou, através de reuniões subversivas em praças

A Universidade de São Paulo durante o regime autoritário

Comissão da Verdade USP

públicas, residências familiares e estabelecimento de ensino, para elas convidando civis e militares. Tudo quanto fazia em obediência aos princípios da "QUARTA INTERNACIONAL" a que conscientemente se filiou. (BNM_114, p. 16)

Pela pesquisa realizada no acervo do BMN, o processo de Borin de 1965 continuou correndo enquanto ele estava em São Paulo. Foi condenado a oito anos de reclusão pelo Conselho Permanente de Justiça do Exército em primeiro de março de 1968 (BNM_114, p. 2380). Foi preso em 1974, em São Paulo. Em maio de 1975 a pena foi revista por desclassificação (mudança de delito) para três anos (BNM_114, p. 2528).

VI. Fontes Documentais¹ (listar todos os documentos, fontes e depoimentos que embasam as informações acima):

BORIN, Jair. Memorial apresentado no concurso ao cargo de professor titular. São Paulo: ECA-USP, 1999.

Jornal O Estado de São Paulo. *Morre o jornalista Jair Borin*. 22 de abril de 2003.

<<http://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,morre-o-jornalista-jair-borin,20030422p6772>>

Processo USP N 73.1.991.1.0 (Contagem de tempo de serviço)

BNM_114. Autos do processo contra Jair Borin na Sétima Região Militar.

http://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=BIB_02&PagFis=16393

Consultado em 24/05/2015

¹ Um documento importante ao qual infelizmente não tivemos acesso foi o processo de Contrato Docente junto à USP. Segundo informações do processo contagem de tempo de serviço, há um ofício 900/74 de 21/06/1974 em que o diretor Manuel Nunes Dias comunica ao reitor que o contrato de JB não seria objeto de renovação. O processo foi solicitado junto à ECA que informou que ele já havia sido localizado e seria em breve encaminhado ao Arquivo Geral da USP. Alguns dias depois fomos informados de que o processo se extraviara.